

Pensando melhor

Rogério L. Furquim Werneck*

Pensando melhor, o governo resolveu afinal dar o dito por não dito. Eliminou do anteprojeto de reforma do ensino superior boa parte das idéias estapafúrdias que, por mais de seis meses, deixaram o sistema universitário em polvorosa. Se, por um lado, é louvável que o bom senso tenha enfim prevalecido em pontos preocupantes do anteprojeto, por outro, só se pode lamentar que o governo continue insistindo na mesma forma de atuação, desnecessariamente desgastante, que tem perpassado a definição de políticas públicas nas mais diversas áreas. Da concepção do modelo do setor elétrico à política cultural. Do desenho das parcerias público-privadas à reforma universitária.

Que síndrome recorrente pode ser detectada em processos decisórios tão diferentes, envolvendo delineamento de políticas públicas em áreas tão distintas, ao longo de quase dois anos e meio? Tipicamente, um grupo se apossa de um ministério e remove de posições-chave a maior parte dos funcionários de carreira mais graduados, detentores de precioso acervo acumulado de reflexões sobre limites e possibilidades de políticas públicas na área. E logo, para mostrar serviço e ressaltar inequívoca descontinuidade em relação à gestão anterior, anuncia projetos de impacto completamente impensados, para posterior aprimoramento em longa e desgastante discussão pública. Com frequência, as propostas iniciais não são mais do que descosido amontoado de visões preconceituosas, arroubos de autoritarismo e “pontos inegociáveis”, sem um mínimo de filtragem prévia para avaliação de oportunidade, consistência e viabilidade. A presunção parece ser a de que, até que se chegue à versão final a ser enviada ao Planalto, não há restrições para o que pode ser submetido à discussão pública como proposta de governo.

Foi assim que o governo submeteu a debate em 2003 proposta lamentavelmente tosca de remodelagem do setor elétrico, concebida ao arrepio de princípios econômicos elementares. Quase dois anos de desgastantes discussões acabaram sendo necessários para que a proposta inicial pudesse ser convertida no mal-amanhado modelo que o governo a duras penas vem tentando implantar no setor.

Foi também assim que o governo se agarrou a um formato insensato de parcerias público privadas (PPPs), que conspirava contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Embora tais dificuldades tivessem sido apontadas tão logo foi anunciada a proposta inicial das PPPs, o governo persistiu em longo e desgastante embate com o Senado, até que se convenceu de que a deficiência tinha de ser sanada. Tudo isso para descobrir, agora, que apostou muito mais do que deveria na idéia de parceria público-privada que, nem de longe, vai chegar a ser a salvação da lavoura que se fantasiava em 2003.

Foi da mesma forma que o governo acabou incorrendo em enorme desgaste ao pôr em consulta pública, em meados do ano passado, o irrefletido projeto da Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual (Ancinav), amplamente percebido como instrumento de dirigismo cultural e cerceamento de liberdade de expressão. Tão grande foi o desgaste que, no início deste ano, o governo se viu obrigado a recuar e extirpar do projeto a parte regulatória.

Faz todo sentido colocar propostas de mudança de política em audiência pública, para que sejam devidamente arejadas e possam ser criticadas e aprimoradas. O debate é sempre saudável e, quanto mais amplo for, melhor. Mas a prática de submeter o desenho de políticas públicas a debate não é razão para a que o governo descuide da qualidade das propostas que formula. Parte substancial do aprimoramento de qualquer proposta que parta do Poder Executivo tem de ser conduzida dentro do próprio governo, que, para isso, deve dispor de quadros e instâncias adequadas. Só devem ser submetidas à discussão pública propostas minimamente depuradas, que tenham passado por crivos elementares de qualidade. O debate público não pode ser visto como panacéia para deficiências básicas do governo na formulação de políticas. Se o governo não tiver clareza acerca do rumo que pretende imprimir a determinada política, deve estimular debate em torno dos prós e contras de políticas alternativas, e não em torno de um projeto de lei detalhado, como muitas vezes tem feito. O certo é que é preciso mais cuidado com o que se apresenta como proposta de política pública. Mesmo quando rotuladas como ante-projetos, propostas impensadas geram ruído desnecessário e submetem o governo a injustificável desgaste.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.